



## **O (NÃO) LUGAR DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA GESTÃO ESCOLAR: PAPÉIS EM DIÁLOGO E CONFLITO**

Izabel Cristina de Souza <sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho apresenta reflexões e discussões acerca das experiências da autora enquanto era licencianda de Pedagogia no estágio supervisionado da Prática de Ensino em Políticas e Administração Educacional, com o objetivo de analisar a maneira como as funções de orientador educacional aparecem em uma escola municipal do Rio de Janeiro na ausência desse agente da educação. A metodologia empregada se deu em abordagem qualitativa, através de relato de experiência e análise documental. As análises aqui construídas apontam que as funções que competem aos orientadores educacionais continuam sendo desempenhadas por outros agentes escolares, de modo particular pela coordenadora pedagógica, diretora adjunta e diretora, indicando que a Orientação Educacional é relevante no contexto escolar. Outro aspecto é que a ausência de um profissional como orientador educacional pode levar à sobrecarga dos demais atores escolares que acumulam funções para além da que deveriam desempenhar. Além disso, podem acontecer dificuldades para que os profissionais consigam dar conta de atividades fundamentais para a realidade escolar, negligenciando ações importantes e atuando de modo improvisado, sem um planejamento.

**Palavras-chave:** Orientação Educacional, Gestão Escolar, Estágio Supervisionado.

### **INTRODUÇÃO**

A Orientação Educacional é um campo da Educação cuja trajetória teve início no Brasil na década de 1930. Diferentemente de outras atuações, a carreira de orientador educacional foi regulamentada por lei nos anos de 1960, o que indica um caráter de profissionalidade aos atores escolares incumbidos dessa função (GIACAGLIA E PENTEADO, 2010; GRINSPUN, 2011; MAIA E GARCIA, 1994).

Desde a implementação, a Orientação Educacional passou por inúmeras transformações relacionadas às mudanças de paradigmas no âmbito educacional e na sociedade como um todo. Nos anos de 1980, os profissionais da área construíram uma autocrítica a respeito das concepções ajustadoras, conformistas e normalizantes tomadas como base para as atribuições que lhes eram direcionadas nas escolas (GRINSPUN, 2011).

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, [izabel.souza.rj@gmail.com](mailto:izabel.souza.rj@gmail.com);



Mais recentemente, dois marcos legais tiveram impacto no lugar que a Orientação Educacional passou a ocupar nas redes educacionais. O primeiro diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que não fez menção à obrigatoriedade da Orientação Educacional no âmbito das escolas básicas.

Outro documento importante neste sentido é a Resolução nº 1 do CNE/CP (BRASIL, 2006), que instituiu as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e levou à extinção do regime de habilitações que antes preparava os graduandos do curso para se tornarem orientadores, supervisores, administradores, professores da Educação Especial ou professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, passando a fornecer uma formação mais generalista, ampliada e integrada para os futuros pedagogos. Essas duas normativas foram usadas como prerrogativas para que a Orientação Educacional deixasse de existir em algumas redes de educação no Brasil com o passar dos anos.

Apesar da perda de espaço da Orientação Educacional, ainda há instituições escolares que apresentam profissionais dessa área em atuação, conforme é possível observar em três estudos distintos (RIBEIRO, MESQUITA E CALIMAN, 2014; SOUZA E RODRIGUES, 2019; SPRICIGO, 2012). Nas redes onde há presença do orientador educacional, geralmente ele faz parte da equipe técnico-administrativo pedagógico (ETAP) das escolas e atua em diálogo com coordenadores ou orientadores pedagógicos e diretores. Desta maneira, esse agente escolar está em articulação constante com a equipe gestora, por vezes podendo ser considerado também um membro da gestão escolar.

Uma questão que surge a partir dessas reflexões sobre a ausência ou presença de orientadores educacionais é a seguinte: nas redes de ensino onde não há esse profissional, as atribuições que competem a eles são realizadas por outros atores escolares ou deixaram de acontecer? Quem seriam esses profissionais que acumulam suas funções com as de orientador educacional? De que forma eles desempenham essas funções, em paralelo as que já possuem?

Este trabalho apresenta reflexões e discussões acerca das experiências da autora enquanto era licencianda de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no estágio supervisionado da Prática de Ensino em Políticas e Administração Educacional. O objetivo é analisar a maneira como as funções de orientador educacional aparecem em uma escola municipal do Rio de Janeiro na ausência desse agente da educação.



A metodologia empregada se deu em abordagem qualitativa, através de relato de experiência e análise documental. As análises aqui construídas apontam que as funções que competem aos orientadores educacionais continuam sendo desempenhadas por outros agentes escolares, indicando que a Orientação Educacional é relevante no contexto escolar. Além disso, a ausência de um profissional como orientador educacional pode levar à sobrecarga dos demais atores escolares que acumulam funções para além da que deveriam desempenhar e também acarreta dificuldades para conseguirem dar conta de atividades fundamentais com a comunidade escolar. Algumas atividades importantes podem ser negligenciadas e a ação dos profissionais fica sem planejamento prévio, pautada no improviso diante do cotidiano.

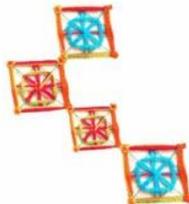
## **METODOLOGIA**

A metodologia empregada no trabalho foi de abordagem qualitativa, através de relato de experiência, análise documental dos relatórios elaborados, das observações realizadas e de referenciais teóricos do campo da Orientação Educacional e Gestão Escolar.

Para isso, foram consultados os registros do diário de campo construído durante o período de realização da prática de ensino na escola. A instituição escolar analisada pertence à rede municipal do Rio de Janeiro, foi criada em 1976 e situa-se num bairro de classe média baixa da Zona Norte da cidade. Em 2016, ano do estudo, atendia um total de 332 estudantes, distribuídos em turmas de anos iniciais do Ensino Fundamental e duas classes especiais. Além dos professores, a escola possuía três gestoras: diretora, diretora adjunta e coordenadora pedagógica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No contexto contemporâneo, o orientador educacional tem um caráter mediador em relação aos demais profissionais da escola, cuja práxis se ancora no comprometimento com a formação crítica e cidadã dos sujeitos educacionais e em uma ação que preconiza o enfoque coletivo, afastando-se da antiga concepção individualizante, pautada na adaptação dos estudantes à escola. A atuação deste



profissional se fundamenta num trabalho pedagógico integrado, apoiada num viés participativo e interdisciplinar (GRINSPUN, 2011). Assim sendo, a Orientação Educacional enfatiza ações com o corpo discente, centrada no desenvolvimento dos estudantes em seus múltiplos aspectos, paixões e utopias (GIACAGLIA E PENTEADO, 2010; GRINSPUN, 2011),

O orientador educacional é um cargo que não existe mais na escola em questão e na rede de educação no município do Rio de Janeiro. Oficialmente, não há nenhum profissional específico que assuma todas as funções do cargo.

Giacaglia e Penteado (2014) enumeram como características pessoais dos orientadores educacionais para a função: gostar de tratar diretamente com todos os tipos de pessoas e com alunos de diferentes idades e apoiar e orientar a todos os alunos, não apenas os que apresentam algum problema e aparentam demandar mais atenção. Para refletir sobre estas proposições das autoras, entende-se que o profissional precisará lidar com as famílias dos alunos e toda a comunidade escolar, que podem ter as mais variadas configurações e faixas etárias. Para a segunda proposição das autoras, compreende-se que muitos alunos estão calados em sofrimento e necessitam de ajuda, no entanto, por conta de suas próprias questões se encontram silenciados, sendo preciso que o orientador educacional encontre uma maneira de chegar até estes alunos.

Na escola em questão, percebeu-se que esta disposição de lidar com a diversidade de estudantes atendidos é exercida pelas três gestoras (diretora titular, diretora adjunta e coordenadora pedagógica). Como elas trabalham numa sala única, é comum que os alunos sejam atendidos pela equipe gestora completa.

Analisando a questão profissional, Giacaglia e Penteado (2014) destacam como importante que o orientador educacional seja um líder democrático, ou seja, que adquira o respeito e a confiança das pessoas com quem interage de modo voluntário, devido à sua personalidade e modo de se relacionar com as pessoas. No entanto, compreendem que o exercício deste tipo de liderança não é fácil de ser alcançado na prática. Na escola, percebe-se que a figura com maior perfil de liderança democrática é a diretora titular. Diante do cenário em que assumiu a gestão da escola, a diretora conseguiu adquirir respeito e confiança dos alunos, dos familiares e da equipe escolar.

Giacaglia e Penteado (2014) destacam o papel dos orientadores educacionais em acompanhar o aluno no desenvolvimento de sua capacidade de tomar decisões, auxiliando-o a perceber em si e no meio onde se encontra suas potencialidades e



limitações; realizar trabalhos preventivos antecipando-se a possíveis problemas que possam surgir; instrumentalizá-los na organização de hábitos de estudo e organização da rotina que favoreçam a aprendizagem; refletir sobre estratégias que facilitem a adaptação e integração dos alunos à escola e aos seus grupos; desenvolver atitudes de cooperação, sociabilidade, respeito às diferenças individuais, responsabilidade; incentivar a prática de atividades que favoreçam o desenvolvimento de sua saúde nos âmbitos físico e mental.

De acordo com a equipe gestora, a coordenadora pedagógica da escola é a principal responsável pelas funções acima citadas, em constante parceria com o corpo docente. No entanto, percebe-se que o exercício de algumas destas funções não ocorre de maneira adequada, devido à sobrecarga da profissional. Um exemplo de função que não tem sido exercida de modo sistemático é a organização de hábitos de estudo e organização da rotina.

As ações para o desenvolvimento da saúde geralmente são promovidas pela equipe gestora como um todo, através de tentativas de parcerias com órgãos da área de saúde. As funções quanto à socialização e convivência, integração e inclusão, trabalhos e intervenções com as turmas acabam ficando mais a cargo do docente de referência das turmas, e a coordenadora oferece suporte para os docentes, realizando projetos em conjunto de temáticas como *bullying* e preconceito

No entanto, durante o estágio, a equipe gestora não apresentou estratégias concretas e projetos que vem sendo implementados no momento atual para promover a inclusão e socialização dos alunos. Como foi observado, havia também um discurso da gestão com estigmas a respeito dos “alunos novos que chegam à escola sem base nenhuma” (sic). Isso nos leva a refletir se realmente há uma postura de socialização e inclusão dos alunos novos na escola, mesclando as turmas para lutar contra a desigualdade.

Com relação aos alunos com deficiência, matriculados nas classes especiais ou nas turmas regulares, não foram expostas as ações específicas para a inclusão destes alunos. Entende-se a importância deste trabalho não somente para os estudantes com deficiência, mas também para os demais alunos e equipe escolar, a fim de saberem lidar melhor com as especificidades do alunado nestas condições.

Também não se viu um trabalho para auxiliar no processo de transição para o segmento seguinte, que será numa outra escola. Ainda que a escola tenha parceria com



as escolas da região que receberão os alunos no 6º ano, os alunos em si não são preparados de forma específica para este processo.

Com a direção, as atribuições da Orientação Educacional correspondem a participar das tomadas de decisão, obtenção de dados dos aspectos administrativos, organização de turmas, divisão dos professores nas turmas, números de alunos, divisão dos alunos pelas turmas, horários de intervalo, lanche, recreação, atividades extracurriculares, matrículas (GIACAGLIA E PENTEADO, 2014). Estas funções são desempenhadas na escola pela equipe gestora em geral. No caso da organização e divisão de turmas e professores, a coordenadora pedagógica exerce maior poder de decisão.

Junto aos professores, Giacaglia e Penteado (2014) apontam o papel da Orientação Educacional em colaborar nas discussões sobre o projeto político-pedagógico (PPP) e o currículo considerando como objetivo educacional o desenvolvimento integral dos alunos, a partir de uma reflexão crítica da prática pedagógica e discutindo sobre a realidade do corpo discente, analisando as questões de rendimento escolar, evasão escolar, absenteísmo e repetência, as metodologias da escola, as avaliações, o que a escola quer ensinar, quais os recursos materiais disponibilizados para o trabalho.

Como não há alguém desempenhando a função exclusiva de orientador educacional na escola observada, as discussões a respeito do currículo escolar e PPP não tem um olhar exclusivo deste profissional. Ainda que se pense nestes momentos no desenvolvimento integral dos alunos, o olhar dos participantes das discussões mostra-se enviesado por suas outras atribuições no contexto escolar.

Algo comum aos orientadores educacionais perante toda a equipe técnico-pedagógica é atuar de modo integrado com os profissionais da escola para desenvolver um espírito de equipe no grupo (GIACAGLIA E PENTEADO, 2014). Na escola em questão, a integração dos membros e desenvolvimento do espírito de equipe competem a toda a equipe diretiva.

O trabalho da Orientação Educacional com as famílias e a comunidade local precisa objetivar a abertura de um espaço de diálogo, mediação, integração e parceria. Dentre as atribuições práticas com estes grupos, Giacaglia e Penteado (2014) destacam: convidar os responsáveis para participarem da escola de diferentes formas, inclusive do planejamento do projeto político-pedagógico e decisões que a escola deve tomar; fazer



parceria com os responsáveis para envolvê-los na vida escolar dos estudantes; promover orientações, palestras e grupos de discussão sobre temas de interesse para auxiliá-los na educação e na resolução de problemas que possam estar acontecendo ou em sua prevenção; fazer a mediação entre a escola e a cultura existente, procurando compreender a origem cultural da comunidade do entorno.

Este contato com a comunidade local e as famílias da escola observada se dá fundamentalmente pela diretora titular, com suporte da coordenadora pedagógica nos assuntos referentes à cultura local; e com suporte da diretora adjunta no que se refere ao planejamento e PPP.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se considerar, à guisa de conclusão, que as atribuições da Orientação Educacional são importantes para o funcionamento da escola na contemporaneidade, ainda que essas funções possam ser desempenhadas por outros profissionais.

Diante do que foi observado na escola investigada, ficou claro que a ausência de um profissional designado especificamente para a área de Orientação Educacional causa muita confusão e alguns entraves para o desempenho das funções previstas para o cargo, que são tão fundamentais dentro da realidade escolar.

Percebe-se uma sobrecarga de funções da equipe diretiva para dar conta das demandas da Orientação Educacional, e muito despreparo profissional para lidar com estas. As funções acabam sendo desempenhadas no improviso e, por vezes, certas ações são negligenciadas, tratadas pela equipe como menos importantes.

Pensando-se na realidade atual, é importante haver clareza na divisão destas funções antes atribuídas aos orientadores educacionais quando esses estão ausentes nas redes educacionais, além de buscar conhecimento para melhor desempenho destas, no intuito de realizar as atribuições prioritárias e as demais a partir de um planejamento. O mais importante é que a visão da Orientação Educacional, ainda que o foco esteja no corpo discente, se volte para o todo da realidade escolar, contribuindo para um desenvolvimento pleno dos sujeitos cidadãos dos espaços onde habitam.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n° 1.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Aprovado em 15 de maio de 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini. PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação Educacional da prática:** princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos. 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A orientação educacional:** conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAIA, Eny Marisa. GARCIA, Regina Leite. **Uma orientação educacional para uma nova escola.** 7ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1995. (Coleção Espaço, 5).

RIBEIRO, Jaqueline Gonçalves. MESQUITA, Lorraine Barbosa de. CALIMAN, Elizene. A prática da orientação educacional no Distrito Federal. *In: SIMPÓSIO DE TCC*, 2014.1. Curso de Pedagogia. Anais. Brasília: Instituto Superior de Educação do ICESP e Faculdades Integradas PROMOVE de Brasília, 2014.1.

SOUZA, Izabel Cristina de. RODRIGUES, Priscila Andrade Magalhães. Panorama legal da inserção de orientadores educacionais nas escolas públicas fluminenses. **Revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ.** Edição Especial SIAC 2018. v. 1, 2019.

SPRICIGO, Fabrício. O Orientador Educacional: atuação, formação profissional e dilemas encontrados pelo Pedagogo Escolar com o fim das habilitações em Pedagogia. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 13, n. 01, p.187-205, jan/jun 2012.